

# A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA ÁREA DA EDUCAÇÃO FÍSICA

*Indian education within the scientific production  
in the area of Physical Education*

KEROS GUSTAVO MILESKI

Graduado em Educação Física pela Universidade Estadual de Maringá e especialista em Atendimento Educacional Especializado pela Universidade Estadual de Maringá.  
*kerosgustavo@gmail.com.*

ROSÂNGELA CÉLIA FAUSTINO

Doutora em Educação e professora do Curso de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação em Educação PPE/UEM.  
*rofaustino@terra.com.br.*

**RESUMO** Este texto<sup>1</sup> propõe-se a analisar a produção científica na área da Educação Física e as concepções de educação física escolar indígena que apresentam. A pesquisa, de abordagem qualitativa, buscou articular esta produção e a contextualização de alguns aspectos do contato da sociedade capitalista em expansão com os povos indígenas no Brasil. As fontes envolvem seis edições do Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (Conbrace), realizado bianualmente em diferentes cidades brasileiras no período de 2001 a 2011. Em conformidade com documentos internacionais da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e Banco Mundial disseminados nos anos de 1990, as publicações destacam a importância de promover na escola um conhecimento cotidiano, como pressuposto e possibilidade de participação na cidadania. Considerando os princípios dessa política, reafirmamos que desde suas origens o conceito de cidadania limita-se a direitos políticos, permanecendo a desigualdade histórica gerada pela sociedade capitalista que, apesar da veiculação de um amplo discurso sobre inclusão, continua permitindo aos “excluídos” apenas a venda de sua força de trabalho, único meio que lhes resta nesta sociedade para satisfazer suas necessidades.

**PALAVRAS-CHAVE:** EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA. EDUCAÇÃO FÍSICA. CULTURA.

**ABSTRACT** This paper aims at analyzing the scientific production in the field of Physical Education and their conceptions on school physical education to Indians. This qualitative research attempted to articulate such production and the contextualization of some aspects of the contact between the booming capitalist society and the Indian peoples in Brazil.

<sup>1</sup> Pesquisa realizada no Projeto Observatório da Educação Escolar Indígena com financiamento da Capes/DEB/Inep – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá. Linha: Ensino, Aprendizagem e Formação de Professores.

The sources involve six editions of the Brazilian Congress of Sport Science (Conbrace), held every two years in different Brazilian cities from 2001 to 2011. In accordance with international documents of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Unesco) and the World Bank disseminated in the 1990s, publications highlight the importance of promoting an everyday knowledge in school as a prerequisite and possibility of achieving citizenship. Considering the principles of this policy, we reaffirm that since its inception the concept of citizenship is limited to political rights, while the historical inequality generated by capitalist society, despite serving a broad discourse on inclusion, still allows “outsiders” only to sell their labor power, the only way left for them in this society to meet their needs.

**KEYWORDS:** INDIAN SCHOOL EDUCATION. PHYSICAL EDUCATION. CULTURE.

**RESUMEN** Este texto tiene como objetivo analizar la producción científica en el campo de la Educación Física y las concepciones de educación física indígenas que presentan. La investigación adoptó un enfoque cualitativo y intentó articular esta producción y la contextualización de algunos aspectos del contacto de la sociedad capitalista en expansión con los pueblos indígenas de Brasil. Las fuentes incluyen seis ediciones del Congreso Brasileño de Ciencias del Deporte (Conbrace), llevado a cabo cada dos años en diferentes ciudades de Brasil en el período 2001-2011. De acuerdo con los documentos internacionales de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (Unesco) y el Banco Mundial difundidos en la década de 1990, las publicaciones destacan la importancia de la promoción en la escuela un conocimiento cotidiano y su capacidad como requisito previo para la participación en ciudadanía. Teniendo en cuenta los principios de esta política, reafirmamos que desde su creación el concepto de ciudadanía se limita a los derechos políticos, mientras que la desigualdad histórica generada por la sociedad capitalista que, a pesar de servir a un discurso amplio sobre la inclusión, todavía permite que los “forasteros” sólo la venta de su fuerza de trabajo, el único camino que queda para ellos en esta sociedad para satisfacer sus necesidades.

**PALABRAS CLAVE:** EDUCACIÓN INDÍGENA. EDUCACIÓN FÍSICA. CULTURA.

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

É significativo o aumento da produção científica brasileira sobre educação física nas últimas décadas, sendo também expressiva nessa área do conhecimento a produção sobre a temática indígena. Foi, sobretudo, a partir da década de 1980, com a criação de cursos de pós-graduação *stricto sensu* com maior inserção de pesquisadores nas diversas áreas do conhecimento (Educação, Sociologia, Antropologia, História, entre outras), o que permitiu que se iniciasse na academia um amplo debate sobre a educação física, seus conteúdos, sua prática pedagógica e sua inserção como disciplina do currículo escolar. No âmbito da educação física, criou-se a necessidade de produzir-se um corpo teórico de conhecimentos, vislumbrando transformar a prática pedagógica da educação física (CARMO, 1982; SOARES, 1994; BRACHT, 1992).

As universidades brasileiras, junto a seus programas de graduação e pós-graduação, fomentaram a divulgação científica, tanto de editoras universitárias como privadas, por meio

da edição de livros, artigos de periódicos e textos em eventos. Grande parte desse material é indexada em catálogos nacionais e internacionais e pode ser acessada, em sua maioria, pelo portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), sendo que algumas constam também no catálogo Webqualis, cujo levantamento, para a localização de artigos sobre a temática, compreendeu o período de 2000 a 2010.

No conteúdo dos debates e de extensa produção científica, observa-se que a temática indígena tem sido mais amplamente discutida nos círculos políticos, sociais e acadêmicos nas mais diversas áreas do conhecimento da sociedade brasileira. Nos anos 1990, a partir da consolidação de políticas públicas que visaram à inclusão de grupos minoritários, foram promovidos encontros da educação escolar indígena e seminários internacionais e nacionais fomentados por organizações governamentais, não governamentais, instituições missionárias e organismos internacionais, com o intuito de mobilizar pesquisadores e socializar suas pesquisas sobre este tema (FAUSTINO, 2006).

Concomitantemente ao debate sobre a educação escolar indígena, discussões sobre os direitos dos povos a uma educação diferenciada e intercultural, a educação física, as práticas corporais, os jogos indígenas, foram englobados e pesquisados, o que incrementou a produção científica sobre tais temas.

Uma análise das edições de uma década evidencia que o principal fórum de debate na área da educação física, o Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (Conbrace), também oportunizou a divulgação da produção científica sobre a temática indígena. “Esse evento é bienal e organizado pelo Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, maior entidade científica da educação física e possui atualmente 12 Grupos de Trabalhos Temáticos (GTTs)” (MELLO, 2009).

De caráter qualitativo, além de informações bibliográficas e documentais, a pesquisa utilizou-se também de métodos da análise de conteúdo (MINAYO et al., 1994), e propôs-se a apresentar uma síntese da produção científica sobre a temática indígena do Conbrace em suas edições de 2001 a 2011, evidenciando os referenciais, os conceitos mais utilizados pelos autores, os temas mais enfatizados nas discussões sobre educação escolar indígena e educação física, bem como os principais fundamentos teóricos utilizados nas abordagens.

No estudo foram analisados 14 artigos publicados no período proposto, evidenciando-se que, ao tratar de populações específicas, os autores voltam-se basicamente para a questão cultural e para a necessidade de valorização do indivíduo “diferente” por meio do que se convencionou chamar de inclusão, sem, no entanto, discutir o conceito de cidadania e abordar mais amplamente a realidade econômica e política na qual as populações indígenas estão inseridas.

## **A TEMÁTICA INDÍGENA NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DO CONBRACE**

Nosso recorte envolve seis edições do Conbrace, realizadas bienalmente em diferentes cidades brasileiras no período de 2001 a 2011. Nos anais dessas edições, fizemos uma busca por artigos, utilizando palavras-chave como: educação escolar indígena, práticas corporais, jogos indígenas, grupos étnicos, e outros que abordam a temática indígena.

A produção é representada no Quadro 1:

*Quadro 1 - Produção bibliográfica sobre questão indígena no Conbrace*

N.	Título da produção	Autor	Publicação	Ano
01	A união das tribos: uma abordagem sobre o esporte indígena	Joelma Cristina Parente Monteiro/ Sérgio Simonsen Miranda de Carvalho	Anais do XII Conbrace – Caxambu	2001
02	Educação física na formação de magistério indígena do Acre: o futebol no diálogo intercultural	Maria do Socorro Craveiro de Albuquerque	Anais do XII Conbrace – Caxambu	2001
03	História de bugres e tigres: corpo e natureza em terras catarinenses dos oitocentos	Ana Márcia Silva/ Célia Guimarães Perini/ Márcia de Souza Pedroso Agostini	Anais do XIII Conbrace – Caxambu	2003
04	Corpo e cultura de movimento indígena do ritual à esportivização (Pôster)	Joelma Cristina Parente Monteiro	Anais do XIII Conbrace – Caxambu	2003
05	Corpo e cultura em relações de fronteiras culturais	Beleni S. Grando (Seminário)	Anais do XIV Conbrace I Conice – Porto Alegre	2005
06	Estudo da frequência cardíaca de indivíduos indígenas durante uma partida de futebol (GTT Rendimento de alto nível)	Bankoff, A. D. P.; De Marchi, F. L.; Da Cruz; E. M.; Moreira, S. M.	Anais do XIV Conbrace I Conice – Porto Alegre	2005
07	Apontamentos sobre o povo indígena (GTT Corpo e cultura)	Maria Beatriz da Rocha Ferreira/ Marizabel Kowalski	Anais do XIV Conbrace I Conice – Porto Alegre	2005
08	Esporte e identidade: o gosto pelo esporte como estabelecimento de inter-relações entre grupos distintos (GTT Corpo e Cultura)	Ricardo de F. Lucena/ Maria da Conceição A. Batista	Anais do XIV Conbrace I Conice – Porto Alegre	2005
09	A produção do conhecimento sobre as práticas corporais indígenas na educação física	Joelma C. P. Monteiro Alencar	Anais XV Conbrace II Conice – Recife	2007
10	Povos indígenas e relações ambientais: um olhar na educação	Maria Cecília de Paula Silva; Cátia de Oliveira Cabra	Anais XV Conbrace II Conice – Recife	2007
11	Corpo, infância e cultura: o lazer e a constituição da(s) identidade(s) das crianças pataxós	Luciano Silveira Coelho	Anais XVI Conbrace III Conice – Salvador	2009
12	As práticas corporais e a educação do corpo indígena: a contribuição do esporte nos jogos dos povos indígenas	Arthur José Medeiros de Almeida	Anais XVI Conbrace III Conice – Salvador	2009

Fonte: Referências levantadas nos Anais Eletrônicos das últimas seis edições do Conbrace (2001-2011).

O estudo identificou uma variedade de temas e problemas abordados pelos pesquisadores. Como se pode ver no Quadro 1, os temas mais recorrentes são: corpo e cultura, práticas corporais, cultura corporal, identidades e jogos indígenas. De forma geral, percebe-se, nos artigos, uma preocupação constante com o objetivo de manutenção das culturas indígenas. Em síntese, os autores buscam compreender as manifestações corporais indígenas presentes nos Jogos dos Povos Indígenas (CARVALHO; MONTEIRO, 2001; MONTEIRO, 2003; BANKOFF et al., 2005; LUCENA; BATISTA, 2005; ALMEIDA, 2009; GRANDO; AGUIAR; OLIVEIRA, 2009; ALMEIDA, 2011), na construção do currículo do Magistério Indígena (ABUQUERQUE, 2001), na ginástica como elemento da constituição de identidade étnica (SILVA; PERINI; AGOSTINI, 2003), nas práticas corporais como espaços de mediações e intercâmbios da educação intercultural (GRANDO, 2005), no estético presente na arte, nos ornamentos, nos adereços e nos corpos (KOWALSKI; FERREIRA, 2005), na produção do conhecimento sobre as práticas corporais indígenas (ALENCAR, 2007), nos costumes e rituais e suas relações com cultura, lazer e cotidiano (SILVA; CABRAL, 2007), no lazer e sua contribuição como construtor da identidade das crianças (COELHO, 2009).

Os estudos, em sua maioria, tecem críticas à influência dos não indígenas nos modos de agir, bem como às mudanças, que lançam o indígena no “mundo doente e capitalista”. Esta “denúncia”, no entanto, dá-se sem contextualização aprofundada, o que pouco contribui com a compreensão da totalidade das relações capitalistas, sua influência como modo de produção determinante de todas as relações sociais, inclusive das relações estabelecidas com os povos indígenas.

Desta forma, tais críticas adquirem um tom mais voltado às atitudes morais, sem evidenciar ou desvelar as reais situações de expropriação, falta de condições de sustentabilidade, falta de acesso a condições mínimas de moradia, saúde, saneamento, educação e lazer (POCHMANN; AMORIM, 2003; HALL; PATRINOS, 2004; FAUSTINO, 2006) em que vive a maior parte das populações indígenas no Brasil e em diferentes partes do mundo.

Ante a crítica, sobressai a valorização da pobreza, permeada por um discurso sentimentalista em relação à vida de “abnegação”, expressa na ideia de que “a aproximação com a cultura indígena remete à reflexão sobre a valorização dos bens materiais existentes na lógica capitalista, às possibilidades de se construir outra história, relações fraternas, pacientes, felizes, humanas com outros e a natureza” (SILVA; CABRAL, 2007, p. 8).

Encontramos semelhante ponderação nos documentos e disposições dos organismos nacionais e internacionais (BRASIL, 1998; DELORS, 1996; NAÇÕES UNIDAS, 2003), cuja linguagem, em tom messiânico, busca a disseminação dos ideais de construção da paz, da liberdade, da justiça social, da tolerância, escamoteando ou passando ao largo da história da expropriação, violência e real condição de produção capitalista baseada na exploração do homem pelo homem (produção de mais-valia para a reprodução ampliada do capital) e da miséria relativa e absoluta decorrente dessa forma de organização social (MARX, 1982a; 1982b).

Sem uma análise das relações de produção capitalista que, longe do economicismo, é, antes, a busca da compreensão da totalidade dos nexos sociais que regem as relações

humanas nesta sociedade, os autores, ao tratarem da questão indígena diante dos efeitos degradantes desta sociedade, mesmo afirmando a dinâmica cultural, não demonstram ver nenhuma outra solução senão um retorno ao entendimento de que o indígena conserva uma essência humana boa, uma natureza pura, uma identidade (crenças, costumes e práticas) impermeável aos impactos do contexto social que levam às mudanças culturais (ALBUQUERQUE 2001; MONTEIRO, 2003; SILVA; PERINI; AGOSTINI, 2003; GRANDO, 2005; KOWALSKI; FERREIRA, 2005; SILVA; CABRAL, 2007; COELHO, 2009; ALMEIDA, 2009, 2011) e que esta deve ser conservada com autonomia, independentemente da sociedade não indígena.

Nesse sentido, apoiamo-nos em Vigotski (s.d.),<sup>2</sup> teórico que propôs a reformulação da psicologia de base comportamentalista, imputando relevante papel à cultura e ao meio social. Sua produção situa-se em um contexto de pós-Revolução Russa, na primeira metade do século XX, e tem como base um horizonte histórico e político que busca a construção da psicologia científica marxista. O autor postula que o tipo psicológico do homem moderno é um produto de duas linhas evolutivas: a evolução biológica e o desenvolvimento histórico-cultural. Salienta que o tipo biológico do homem não sofreu alterações significativas ao longo do desenvolvimento histórico do gênero humano, o que se explica pelo fato de que, ao nos referimos ao ser humano, as leis da evolução biológica são superadas pelas leis tendenciais próprias ao desenvolvimento social e histórico do mundo dos homens, *não obstante, aquelas permaneçam como pano de fundo*, afastadas pelas leis sócio-históricas.

Vigotski (s.d.) fundamenta-se em *O capital*, de Marx (1982a, 1982b), em *A ideologia alemã*, de Marx e Engels (2007) e em *Anti-Dühring*, de Engels (2001), para explicar a divisão do trabalho na sociedade capitalista e as consequências desumanas que tal divisão causou à humanidade sob a égide da exploração do homem pelo homem. Ao analisar o processo de desenvolvimento psicológico do homem, aponta que, para filósofos como Rousseau e Tolstói, a solução dos problemas da moderna sociedade capitalista concebia o retorno a um estado primitivo de pureza e integralidade da natureza humana. Antagonicamente, Vigotski (s.d.) afirma que,

do ponto de vista social desse romantismo reacionário, os períodos primitivos de desenvolvimento social humano apresentar-se-iam como o ideal que a humanidade deve perseguir. E, efetivamente, uma análise mais profunda das tendências históricas e econômicas que regulam o desenvolvimento capitalista mostraria que esse processo de mutilação da natureza humana [...] é inerente não à crescente industrialização de grande escala como tal, mas à forma especificamente capitalista de ordenação societária que a conduz. (VIGOTSKI, s.d., p. 6).

---

<sup>2</sup> O texto *A transformação socialista do homem* foi publicado em 1930 na revista *Varnitso* – órgão periódico da Associação de Trabalhadores da Ciência e Técnica para o Avanço da Construção do Socialismo na União Soviética.

Portanto, os processos que mutilam o ser humano, que produzem miséria, pobreza, desrespeito e exclusão, não são resultantes da indústria ou do desenvolvimento técnico das formas de produção, e nem do contato com a sociedade não indígena “degenerada”, mas da relação social capitalista que os rege e conduz. Reiteramos que o problema não está no acesso aos produtos da sociedade capitalista ou, como querem alguns dos autores que tratam da temática indígena, na área da educação física, “[n]a conquista das neuroses da ‘modernidade’” (SILVA; CABRAL, 2007, p. 3), ou ainda no chamado “mundo doente e capitalista” (CARVALHO; MONTEIRO, 2001, p. 5), muito menos reside na indústria capitalista e seus produtos, independentemente de quais sejam os bens produzidos, como se estes fossem “um meio de integração desses povos à sociedade global, como atores e como consumidores do fenômeno esportivo” (ALMEIDA, 2011, p. 8).

Conforme Vigotski (s.d., p. 6), o problema está na “forma especificamente capitalista de ordenação societária que a conduz”, ou seja, nas relações sociais de produção capitalista. Não se pode, de forma ingênua, culpar moralmente o sistema capitalista por destruir, por meio de seus bens, a cultura indígena e os seus meios de subsistência supondo que, culturalmente diferentes da “sociedade envolvente”, os indígenas são forçosamente integrados aos meios de consumo, ou integrados à sociedade capitalista. Com essa concepção, retira-se dos indígenas o caráter de sujeitos históricos ativos que lutam e fazem escolhas. Obviamente, estas escolhas são limitadas às possibilidades oferecidas aos seres humanos no contexto da luta.

Trata-se de tentar compreender a raiz do problema e criticar seus fundamentos. Uma vez que o sistema capitalista tem por imanência a expansão, e que em sua forma consolidada e moderna entrou em contato e expandiu-se entre os povos do mundo, não podemos afirmar que os indígenas estão à margem, ou estão aquém, do sistema capitalista de produção quando, em realidade, o capital é a forma geral dominante do processo de produção (MARX, 1982b, p. 586) dos bens necessários às satisfações humanas. Um exemplo elementar é o fato de que grande parte dos povos indígenas tem usado produtos industrializados em sua alimentação. Outro exemplo seria o uso de telefones celulares, veículos, e alguns outros bens de consumo produzidos aos quais, em certos casos, os indígenas têm acesso. Outro fator relevante a ser observado é que, vivendo cercada por fazendas ou áreas urbanas, grande parte dos membros das comunidades indígenas tem vendido sua força de trabalho, ou seja, tem ocupado postos de emprego temporários como diaristas, ajudantes gerais, cortadores de cana e outros.

Denota-se, assim, que o processo de produção capitalista é uma relação social estabelecida entre homens que produzem e homens que se apropriam dos resultados dessa produção. Esse processo organiza o atual modo de vida humano e, portanto, perpassa e medeia todas as instâncias da vida.

É fundamental, porém, compreender que forma geral dominante não significa única forma de produzir. O capital convive muito bem com as formas artesanais de produção. O fato de encontrarmos, por exemplo, costureiras e alfaiates trabalhando de maneira artesanal, ou ainda, os próprios indígenas “possuírem uma agricultura primordialmente familiar,

onde a produção excedente, como a banana, milho, feijão, farinha de mandioca, em alguns momentos são comercializados” (COELHO, 2009, p. 3) é evidência disso. Entretanto, nem a costureira, nem o alfaiate, nem o indígena ditam o modo de produzir e comercializar seus produtos. Antes, quem dita as regras a que estes produtos serão submetidos ao serem transportados ao mercado é o sistema capitalista de produção, da costura, da alfaiataria, da banana, do milho etc.

Como afirma Marx (1982a, p. 204), “o que distingue as diferentes épocas econômicas não é o que se faz, mas como, com que meios de trabalho se faz. Os meios de trabalho<sup>3</sup> servem para medir o desenvolvimento da força humana de trabalho e, além disso, indicam as condições sociais em que se realiza o trabalho”. Por conseguinte, a conceituação de trabalho adequada ao processo de produção capitalista pressupõe o encontro de dois possuidores: o capitalista, possuidor dos meios de produção, encontra-se com o trabalhador que, expropriado da terra, não possui nada além de sua força de trabalho para vender.

O processo de trabalho, quando ocorre como processo de consumo de força de trabalho pelo capitalista, apresenta dois fenômenos característicos. O trabalhador trabalha sob o controle do capitalista, a quem pertence o seu trabalho. [...] O produto é propriedade do capitalista, não do produtor imediato, o trabalhador. [...] O capitalista compra a força de trabalho e incorpora o trabalho, fermento vivo, aos elementos mortos constitutivos do produto, os quais também lhe pertencem. (MARX, 1982a, p. 209-210).

Assim, os indígenas e os não indígenas, ou seja, *todo* ser humano que vive na atual organização econômica capitalista, estão determinados, imediata ou mediatamente, em suas relações econômicas, políticas e sociais pelos modos de produção capitalista, em uma relação social e econômica que, em última instância, é relação de classes.

Os estudos evidenciam também que os indígenas, em suas relações sociais com as comunidades do entorno, satisfazem necessidades do estômago ou da fantasia, para utilizar uma expressão de Marx (1982a), por meio de produtos provenientes dessas, sejam os produzidos com fins de suprir as necessidades de mantimentos, vestuários, utensílios, bem como os produtos para satisfação das necessidades da fantasia, como os esportes, sendo o futebol o mais citado.

Não deixando de lado esse entendimento econômico sobre as relações sociais estabelecidas entre os povos, destacamos também os aspectos político e cultural. Os estudiosos da temática indígena que publicaram nos anais do Conbrace revelam preocupações com a “autonomia”, com a “alteridade”, com a manutenção dos modos de vida indígena. Em sua

<sup>3</sup> Marx (1982a), no capítulo V de *O capital*, explica o que é processo de trabalho e processo de valorização, ou seja, produzir mais valia. Utilizando categorias como valor de uso, valor de troca e valor, o autor evidencia que é preciso considerar “o processo de trabalho à parte de qualquer estrutura social determinada” (p. 202). Nesse processo genérico o homem, ser social genérico, interage com a natureza e produz valores de uso – riquezas, coisas que satisfazem as necessidades humanas independentemente de quais sejam essas necessidades (MARX, 1982a, p. 41). Nesse sentido, o trabalho é um “processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza” (p. 202).

maioria, não mencionam a realidade da falta de acesso às terras, ao antigo espaço geográfico que possibilitava seus anteriores e autônomos modos de vida. Uma vez submetidos à lógica do capital, com ela passam a travar suas relações.

Em um ou outro artigo, a história do aldeamento, as perdas e as lutas por territórios tradicionais são tangenciadas. Na maior parte dos textos bastaria o respeito ao pluralismo cultural das nações indígenas, à sua diversidade, e boa parte dos problemas estaria resolvida, como se “o modo de vida tradicional, a identidade indígena” fosse possível sem esses elementos e o acesso à riqueza humana (telefone, carro, computador, máquina de lavar roupa, forno de microondas, viagens de avião, escola, empregos etc.) universalmente produzida não fosse interessante ao indígena.

## A CENTRALIDADE DA CULTURA

É comum aos estudos deslocarem a discussão da centralidade do trabalho para a centralidade da cultura. Grande parte dos artigos entende a cultura como um conjunto de mecanismos simbólicos pelo qual o homem controla e expressa seu comportamento, sua identidade ou, ainda, suas práticas corporais. A cultura, nesta compreensão, é apresentada como algo idealmente superior, uma transcendência que habita e se manifesta no corpo. Essa compreensão da cultura como algo extrínseco, transcendente, fundamenta o entendimento de homem cuja transmissão da cultura dá-se sem contestação, e cujos resultados são uma inscrição profunda e independente das vontades das gerações. É digno de nota, também, a dicotomia corpo/mente ou corpo/cultura que se expressa na utilização do corpo como um utensílio sobre o qual a pessoa vai agir e transformar sua natureza e a si mesmo.

Ao se utilizar a cultura como categoria central de análise, passa-se a ignorar a organização econômica e desloca-se a centralidade do trabalho como categoria fundante da vida humana. Enfatizar a cultura ocidental abordando a dominação cultural, as diversas manifestações desta, as diferenças e os necessários direitos de cidadania (EAGLETON, 2005), como se direitos políticos pudessem transformar as desigualdades é uma prática que remonta aos princípios liberais propugnados por John Locke (1979) em sua *Carta Sobre a Tolerância*, no final do século XVII. Com a defesa veemente dos direitos no campo da política, o pensamento liberal tem buscado, historicamente, escamotear o lugar da classe trabalhadora como a categoria que carrega em si o fardo histórico de revolucionar, ou não, a sociedade conforme estudos de Marx e Engels (2007), Mészáros (2010) e outros.

Neste sentido, Ahmad (1999) ajuda-nos a compreender os nexos entre e economia-política e cultura ao afirmar que:

Cultura não é redutível àqueles processos que a economia política marxista estuda para seus próprios fins, mas está neles enraizada. A denominada moderna cultura de massa não pode ser de maneira alguma separada dos processos de produção em massa, marketing, especulação com vistas a lucros extraordinários, sistemas de comunicação de massa etc. (AHMAD, 1999, p. 107).

O fato de a cultura não ser categoria fundante não a torna menos importante; é preciso compreendê-la em sua conexão com a totalidade das relações de produção. Não se pode tomá-la como objeto suspenso acima da realidade, para então teorizá-la. É preciso compreender o fundamento que permite aos homens produzirem a cultura. Na explicação de Marx e Engels (2007) compreendemos o pressuposto de toda a existência humana e de toda a história:

[...] o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poder “fazer história”. Mas, para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos. (MARX; ENGELS, 2007, p. 32-33).

Os seres humanos precisam produzir meios para satisfazer suas mais básicas necessidades, e isto é o primeiro ato histórico, afirmaram estes teóricos. Produzir a satisfação de suas necessidades é possível ao homem, em sua forma genérica, por meio do trabalho: a perpétua relação do homem com a natureza. Por isso o trabalho foi e continuará sendo a categoria fundante do ser social. “A produção da vida que não é simplesmente dada pela natureza, mas é construída socialmente pelos seres humanos” (MELLO, 2009, p. 52). É essa a radicalidade da qual não podemos prescindir, o fato de que existe uma determinação econômica na vida social e que os homens, para viver, precisam trabalhar e somente a partir do trabalho podem produzir a vida e suas mais variadas instâncias, como a cultura. A perda desse radical compromete, segundo Ahmad (1999), a visão da “maioria das coisas” como questão de classe. Ele justifica suas palavras com dados empíricos:

Sabe-se que a Índia tem uma população entre 900 milhões e 1 bilhão de pessoas. Aproximadamente metade dessa gente é analfabeta. Nenhum burguês, porém, é analfabeto em parte alguma do mundo, e os que falam constantemente nos “prazeres do texto” jamais são pobres. Cerca de metade dos cegos do mundo vive na Índia. A cegueira, porém, é uma questão de classe, no sentido em que constitui quase que exclusivamente uma doença de pobres, e também no sentido de que uma incidência tão alta assim de cegueira tem muito a ver com o fato de eles viverem em condições que a causam, com o número e a qualidade dos hospitais, com a capacidade de financiar a cura e o tratamento. O que precisa ser justificado é o outro tipo de cegueira, que se recusa a ver que a maioria das coisas é uma questão de classe. Essa renúncia em si mesma é, bem no fundo, também uma questão de classe. (AHMAD, 1999, p. 114, grifo do autor).

Prescindir da determinação econômica sucede o abandono da crítica ao capitalismo e de qualquer possibilidade de superá-lo. “No processo, as críticas ao capitalismo também são separadas de qualquer necessidade de uma política de classe operária” (AHMAD,

1999, p. 114). Não obstante, sendo as diferenças de classe preponderantes na compreensão de cultura no processo de produção capitalista, percebemos a diferença radical na concepção de cultura presente nos artigos analisados. Nestes, a cultura apresenta-se como categoria central idealizada, sem nexos com a realidade social, uma entidade exterior ao homem, que se apodera de seu corpo e, por meio dele, expressa seus signos e significados, expressa uma identidade indígena construída em relação às especificidades culturais indígenas.

Tão enraizada nas determinações econômico-políticas encontra-se a cultura, e de forma tão relacionada aos meios de produção, que o contato com a sociedade capitalista trouxe as mais profundas mudanças às sociedades indígenas. Em sua pesquisa sobre o multiculturalismo e a interculturalidade nas propostas para a educação escolar indígena, Faustino (2006) evidencia que o contato com a sociedade colonizadora/exploradora levou a mudanças nas condições históricas para as populações indígenas.

É possível constatar que, em sua maioria, os artigos celebram as legislações propostas no âmbito da educação escolar indígena, e a preocupação vai ao encontro do que expõe o *Referencial curricular nacional para as escolas indígenas* (BRASIL, 1998): “é preciso que os sistemas educacionais estaduais e municipais considerem a grande diversidade cultural e étnica dos povos indígenas no Brasil” (BRASIL, 1998, p. 12) sem, no entanto, evidenciar que o direito à diferença, à autonomia, à cidadania provém dos princípios fundantes do liberalismo que sustenta a sociedade capitalista.

Enfim, nos artigos encontramos definições que discutem a necessidade, ou não, da educação física na formação e no magistério indígena, a escola indígena como locus de reforço das identidades, o ambiente de formação do indivíduo como sujeito de sua história, sua autodeterminação e participação política, os ideais de uma educação intercultural que respeite a diversidade, bem como as práticas esportivas como processo civilizador que altera a identidade e o comportamento indígena. Entretanto, em sua maioria, tratam desses temas sem atentar para a categoria “trabalho” como fundante, esquivam-se da discussão econômica, como se esta não fosse importante, como se esta não fosse a base para a produção da cultura, da vida humana.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo objetivamos apresentar e analisar a produção científica do Conbrace em suas edições de 2001 a 2011. Buscamos apreender as concepções de educação e de educação física presentes nesta produção. Procuramos, portanto, a articulação destes objetos em sua conjuntura histórica, social, econômica e política, entendendo, sob um referencial materialista histórico, que, para a compreensão dos fenômenos é necessário o entendimento de suas relações com o contexto histórico-social.

Os autores da área da educação física, em sua maioria, quando criticam as relações capitalistas produtoras das misérias humanas e colocam os indígenas sob as mesmas condições de classe que o trabalhador destituído dos meios de produção fazem-no sob um discurso moralista, destituído de compreensão histórica, econômica, política e social, que

envolve as relações sociais capitalistas. Concebem os indígenas com uma essência humana boa, uma natureza pura, uma identidade (crenças, costumes e práticas) impermeável às mudanças do contexto social que levam a mudanças culturais e que estas devem ser conservadas com autonomia, independentes da “sociedade não indígena envolvente”. Tais críticas adquirem um tom moralista que em nada contribui com o desvelamento das reais condições de pobreza, de falta de acesso a condições mínimas de saúde, de educação, de alimentação em que se encontram essas populações.

A partir dos artigos estudados, inferimos que, ao tratarem de populações específicas, os autores voltam-se sempre para a questão cultural e para a valorização do indivíduo por meio da inclusão, da concessão da oportunidade de acesso a um conhecimento cotidiano, colocado como possibilidade de acesso ao sistema de mercado e às *oportunidades* que a sociedade capitalista oferece aos indivíduos, isto é, a venda de sua força de trabalho, o único meio que lhes resta para satisfazerem suas necessidades.

O trabalho que provê a vida humana, e não a cultura, deve ser tratado como categoria principal e determinante das possibilidades de promover a emancipação humana. Somente revolucionando as formas de produção capitalista por meio do trabalho associado é que os homens, de forma consciente e no controle da produção, poderão satisfazer suas necessidades humanas e produzir a emancipação real. Somente desta forma a humanidade poderá garantir a igualdade e a diversidade entre os homens; somente em uma sociedade emancipada poderão os homens ser o que quiserem e fazerem suas próprias escolhas.

## REFERÊNCIAS

ABUQUERQUE, M. D. S. C. Educação física na formação de magistério indígena no Acre: o futebol no diálogo intercultural. In: CONGRESSO BRASILEIRO DAS CIÊNCIAS DO ESPORTE – CONBRACE, 12., 2001, Caxambu, **Anais...** Caxambu: CBCE, 2001. CD-ROM.

AHMAD, A. Problemas de classe e cultura. In: WOOD, E. M.; FOSTER, J. B.; (Orgs.). **Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. p. 107-122.

ALENCAR, J. C. P. M. A produção do conhecimento sobre as práticas corporais indígenas na educação física. In: CONGRESSO BRASILEIRO DAS CIÊNCIAS DO ESPORTE – CONBRACE, 15., / CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS DO ESPORTE – CONICE, 2., Recife, 2007, **Anais...** Recife: CBCE, 2007. CD-ROM.

ALMEIDA, A. J. M. D. As práticas corporais e a educação do corpo indígena: a contribuição do esporte nos jogos dos povos indígenas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DAS CIÊNCIAS DO ESPORTE – CONBRACE, 16., / CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS DO ESPORTE – CONICE, 3., Salvador, 2009, **Anais...** Salvador: CBCE, 2009. Disponível em < <http://www.rbceonline.org.br/congressos/index.php/CONBRACE/XVI>>. Acesso em: 30 ago. 2011.

ALMEIDA, A. J. M. D. O esporte entre os indígenas no Brasil: constituição de identidades e alterações de comportamento. In: CONGRESSO BRASILEIRO DAS CIÊNCIAS DO ESPORTE – CONBRACE, 17., / CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS DO ESPORTE – CONICE, 4., Porto Alegre, 2011, **Anais...** Porto Alegre: CBCE, 2011. Disponível em < [http://cbce.tempsite.ws/congressos/index.php/XVII\\_CONBRACE/2011/](http://cbce.tempsite.ws/congressos/index.php/XVII_CONBRACE/2011/)>. Acesso em: 02 dez. 2011.

BANKOFF, A. D. P. et al. Estudo da frequência cardíaca de indivíduos indígenas durante uma partida de futebol. In: CONGRESSO BRASILEIRO DAS CIÊNCIAS DO ESPORTE – CONBRACE, 14., / CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS DO ESPORTE – CONICE, 1., Porto Alegre, 2005, **Anais...** Porto Alegre: CBCE, 2005. CD-ROM.

BRASIL. **Referencial curricular nacional para as escolas indígenas**. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1998.

BRACHT, Valter. **Educação física e aprendizagem social**. Porto Alegre-RGS-Brasil: Magister, 1992.

CARMO, A. D. **A educação física, crítica a uma transformação acrítica**: um estudo das habilidades e capacidades intelectuais solicitadas na formação do professor de Educação Física. 1982, Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, São Paulo.

CARVALHO, S. S. M. D.; MONTEIRO, J. C. P. A união das tribos: uma abordagem sobre o esporte indígena. In: CONGRESSO BRASILEIRO DAS CIÊNCIAS DO ESPORTE – CONBRACE, 12., 2001, Caxambu, **Anais...** Caxambu: CBCE, 2001. CD-ROM.

COELHO, L. S. Corpo, infância e cultura: o lazer e a constituição da(s) identidade(s) das crianças pataxós. In: CONGRESSO BRASILEIRO DAS CIÊNCIAS DO ESPORTE – CONBRACE, 16., / CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS DO ESPORTE – CONICE, 3., Salvador, 2009, **Anais...** Salvador: CBCE, 2009. Disponível em < <http://www.rbceonline.org.br/congressos/index.php/CONBRACE/XVI>>. Acesso em: 30 ago. 2011.

DELORS, J. **Educação**: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Porto: ASA, 1996.

EAGLETON, T. **A ideia de cultura**. Tradução de Sandra Castello Branco. São Paulo: Unesp, 2005.

ENGELS, F. **Anti-duhring**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FAUSTINO, R. C. **Política educacional nos anos de 1990**: o multiculturalismo e a interculturalidade na educação escolar indígena. 2006, Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina.

GRANDO, B. S. Corpo e educação em relações de fronteiras culturais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DAS CIÊNCIAS DO ESPORTE – CONBRACE, 14., / CONGRESSO

INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS DO ESPORTE – CONICE, 1., Porto Alegre, 2005, **Anais...** Porto Alegre: CBCE, 2005. CD-ROM.

GRANDO, B. S.; AGUIAR, E. T. D.; OLIVEIRA, B. M. D. A produção do conhecimento sobre as práticas corporais indígenas e suas relações com os Jogos Indígenas do Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DAS CIÊNCIAS DO ESPORTE – CONBRACE, 16., / CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS DO ESPORTE – CONICE, 3., Salvador, 2009, **Anais...** Salvador: CBCE, 2009. Disponível em < <http://www.rbceonline.org.br/congressos/index.php/CONBRACE/XVI>>. Acesso em: 30 ago. 2011.

HALL, G.; PATRINOS, H. A. **Pueblos indígenas, pobreza y desarrollo humano en América Latina**: 1994-2004. Washington: Banco Mundial, 2004.

KOWALSKI, M.; FERREIRA, M. B. D. R. Apontamentos sobre o povo indígena. In: CONGRESSO BRASILEIRO DAS CIÊNCIAS DO ESPORTE – CONBRACE, 14., / CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS DO ESPORTE – CONICE, 1., Porto Alegre, 2005, **Anais...** Porto Alegre: CBCE, 2005. CD-ROM.

LOCKE, J. **Carta acerca da tolerância**. 2. ed. São Paulo: Victor Civita, 1978.

LUCENA, R. D. F.; BATISTA, M. D. C. Esporte e identidade: o gosto pelo esporte como estabelecimento de inter-relações entre grupos distintos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DAS CIÊNCIAS DO ESPORTE – CONBRACE, 14., / CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS DO ESPORTE – CONICE, 1., Porto Alegre, 2005, **Anais...** Porto Alegre: CBCE, 2005. CD-ROM.

MARX, K. **O capital**. Crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Reginaldo Sant’anna. 7. ed. São Paulo: Difel, 1982a.

\_\_\_\_\_. **O capital**. Crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. 7. ed. São Paulo: DIFEL, 1982b.

\_\_\_\_\_.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo: Boitempo, 2007.

MELLO, R. A. **A necessidade histórica da educação física na escola**: a emancipação humana como finalidade. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

MINAYO, M. C de S. et al. **Pesquisa social**: teoria, métodos e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

MONTEIRO, J. C. P. Corpo e cultura de movimento indígena: do ritual à esportivização. In: CONGRESSO BRASILEIRO DAS CIÊNCIAS DO ESPORTE – CONBRACE, 13., 2003, Caxambu, **Anais...** Caxambu: CBCE, 2003. CD-ROM.

NAÇÕES UNIDAS. **Esporte para o desenvolvimento e a paz:** em direção à realização das metas de desenvolvimento do milênio. [s.l.]: [s.n.], 2003. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/arquivos/publicacoes/esporteParaDesenvolvimentoPaz.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2011.

POCHMANN, M.; AMORIM, R. (Orgs.). **Atlas da exclusão social no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2003.

SILVA, A. M.; PERINI, C. G.; AGOSTINI, M. D. S. P. História de bugres e tigres: corpo e natureza em terras catarinenses dos oitocentos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DAS CIÊNCIAS DO ESPORTE – CONBRACE, 13., 2003, Caxambu, **Anais...** Caxambu: CBCE, 2003. CD-ROM.

SILVA, M. C. D. P.; CABRAL, C. D. O. Povos indígenas e relações ambientais: um olhar na educação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DAS CIÊNCIAS DO ESPORTE – CONBRACE, 15., / CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS DO ESPORTE – CONICE, 1., Recife, 2007, **Anais...** Recife: CBCE, 2007. CD-ROM.

SOARES, C. L. **Educação física:** raízes européias e Brasil. Campinas: Autores Associados, 1994.

VIGOTSKI, L. S. A transformação socialista do homem. Tradução de Roberto Della Santa Barros. **Varnitso**, n. 3, p. 36-44, [s.d.]. (Original de 1930). Disponível em: <<https://docs.google.com/document/d/1k9RuKbyvjPAKrHm-789unBVvtHH0GyAHdxKgOnwpss/edit?pli=1>>. Acesso em: 28 nov. 2012.

#### DADOS DOS AUTORES

KEROS GUSTAVO MILESKI

Graduado em Educação Física pela Universidade Estadual de Maringá e especialista em Atendimento Educacional Especializado pela Universidade Estadual de Maringá.  
*kerosgustavo@gmail.com.*

ROSÂNGELA CÉLIA FAUSTINO

Doutora em Educação e professora do Curso de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação em Educação PPE/UEM.  
*rofaustino@terra.com.br*

Submetido em: 17/07/2013

Aceito em: 10/02/2014